



Processo: nº 40.482/2007 (b).

Origem: 4ª Inspeção de Controle Externo.

Assunto: Estudos Especiais.

Ementa: . Estudos Especiais acerca da vigência das revisões de proventos deferidas com fundamento no artigo 190 da Lei nº 8.112/1990, em atenção ao postulado na Representação nº 8/2007 - IMF, subscrita pelo Procurador Inácio Magalhães Filho.

. 4ª Inspeção de Controle Externo, entre outras sugestões, manifesta-se pela possibilidade de retroação dos efeitos da revisão de proventos, desde que os autos contenham outros elementos comprobatórios, que possibilitem firmar convicção acerca do acometimento da moléstia em data anterior à da expedição do laudo médico oficial (fls. 6/21).

. Parecer convergente do Ministério Público de Contas do Distrito Federal, com ajustes (fls. 25/34).

. Incidência do disposto na ON MPS/SPS nº 1/2007 - art. 51, § 2º. Prevalece no Poder Judiciário o entendimento de que os efeitos da revisão retroagem à data do diagnóstico da doença. O Tribunal de Contas da União - TCU, no Processo nº 010.819/2006-9, entende que o fato gerador do benefício deve ser o acometimento da doença, uma vez que o art. 190 da Lei nº 8.112/1990 não faz qualquer menção à emissão de laudos médicos. Precedentes do TCDF no mesmo sentido: Decisões nºs 5.347/2007, 6.044/2007 e 6.840/2007.



. Pelo acolhimento do parecer ministerial. Arquivamento do feito. Ciência aos jurisdicionados.

RELATÓRIO

Cuidam os autos de estudos especiais acerca da vigência das revisões de proventos, deferidas com fundamento no artigo 190 da Lei nº 8112/90, em atenção ao postulado na Representação nº 8/2007 - IMF(fl. 1 a 5), subscrita pelo Procurador Inácio Magalhães Filho.

Objetiva o Órgão Ministerial obter desta Corte a devida uniformização no trato da matéria, considerando que a vigência das revisões tem suscitado controvérsias, na medida em que há decisões que ora seguem o estabelecido na alínea “b” do item 7.2.3. do Título II, Capítulo 7, do Manual de Aposentadoria e Pensão Civil, instituído pela Resolução nº 124/2000 - TCDF, ora acolhem a retroação dos efeitos da revisão à data em que o servidor foi efetivamente acometido da moléstia, conforme indicado no laudo médico.

Da extensa e minudente instrução levada a efeito pela 4ª Inspeção de Controle Externo, tenho por necessário destacar o que segue:

“6. A propósito do assunto, calha trazer à baila pronunciamento da lavra da douta Procuradora do MPC/DF Márcia Farias, extraído do Parecer nº 424/2002-MF, acerca da matéria:

5. A Instrução faz referência às conclusões alcançadas pelo órgão jurídico da CLDF, no tocante ao efeito do laudo expedido pela junta médica oficial, para fins de revisão de proventos de aposentadoria: se declaratório ou constitutivo. Conclui a unidade técnica



que a edição do ato revisório com efeitos anteriores à data de realização do exame pericial não traz nenhuma discrepância com as orientações contidas no Manual de Aposentadoria e Pensão Civil produzido e distribuído pelo TCDF, ao contrário do que afirma a signatária do parecer de fls. 74/78-*apenso*.

6. A questão levantada pelo órgão jurisdicionado, de maneira geral, comporta discussões. No que toca à revisão de proventos da aposentadoria, todavia, não se tem notícia de debates nesse sentido; é matéria mansa e pacífica no âmbito da Administração Pública. A solução, outrossim, não poderia ser encontrada no dispositivo da legislação do Imposto de Renda mencionado, pelo próprio enfoque do texto legal aduzido.

7. Em casos como este, há embate entre aspectos de ordem material e processual. O mesmo ocorre quando se discute a decretação de incapacidade civil originada de incapacidade física ou mental do indivíduo. Qual seria o efeito de tal decretação: meramente declaratório, pois que a doença já existia; ou constitutivo, eis que a modificação do status jurídico da pessoa não poderia afetar atos já praticados, em prejuízo de terceiros.

8. A corrente conciliadora das duas teses mencionadas pugna pela prevalência do aspecto processual, ao considerar que o terceiro de boa-fé não poderia vir a ser afetado pela declaração posterior de incapacidade do indivíduo envolvido na relação, reconhecendo, porém, a exemplo do que dispõe explicitamente o direito francês, a possibilidade de desfazimento de ato jurídico praticado por pessoa notadamente incapaz.



9. *Veja-se que nessas situações a doença não surge com a sentença, mas não se pode, por outro lado, admitir que o reconhecimento judicial da incapacidade jurídica possa afetar situações já constituídas, sobretudo quando não há possibilidade de estabelecer precisamente o lapso de tempo passado que a sentença atingiria.*

10. *No caso discutido nos presentes autos, também, quer parecer, há impossibilidade de ordem prática para a atribuição de efeito declaratório ao laudo médico pericial, para comprovação de acometimento do servidor por doença especificada em lei, como quer o órgão jurisdicionado. Certamente, a inspeção médica não cria a doença, mas o seu reconhecimento oficial, como exige a lei, longe de constituir mera formalidade burocrática, é requisito essencial ao surgimento do direito à revisão de proventos. Mesmo que a pessoa esteja acometida pela moléstia, se não houver o reconhecimento de tal estado pelos peritos, seja na esfera administrativa, seja na judicial, não há direito à revisão de proventos. O resultado positivo do exame pericial, portanto, assim como a doença, é parte integrante do suporte fático previsto na legislação.*

11. *Nessa linha, os motivos que levam ao entendimento vigente sobre a determinação do momento em que passam a vigorar os efeitos oriundos da revisão de proventos, justificam-se, plenamente, na impossibilidade, na maioria das vezes, de estabelecer precisamente o marco inicial da manifestação da doença. Imagine-se quão grande seria a dificuldade dos peritos de precisar a data do surgimento da moléstia, nos casos em que os exames são feitos anos após o acometimento. Seguindo a tese manifestada pela CLDF, os exames clínicos e laboratoriais também não*



criam a doença, portanto, não se poderia adotar nem mesmo a data de expedição dos referidos exames como marco inicial do direito à melhoria nos proventos.

12. Admite-se que a equipe de peritos, em alguns casos, possa estabelecer o espaço temporal provável do acometimento da doença; todavia, acredita-se que o apontamento preciso seria impossível. Assim, não se pode exigir dos peritos manifestações conflitantes com o caráter científico do seu trabalho, sob pena de prejudicar a segurança das conclusões.

13. Exemplo da imprecisão mencionada pode ser extraído do próprio processo em análise. Note-se que os laudos médicos emitidos pelo hospital foram expedidos em 22.5.2001; o exame pericial, pela junta médica oficial, foi realizado em 10.7.2001; e a conclusão da perícia indica que a doença se iniciou em 28.5.2001, sem explicar os motivos dessa conclusão. Apenas para argumentar, na data dos exames clínicos a doença já não existia? Por que, então, a conclusão de que a servidora foi acometida da moléstia dias depois, com indicação precisa da data?

14. Com efeito, considerando a impossibilidade de apontar de forma correta e precisa em qual momento do passado se deu o acometimento da doença, crê-se que não há quaisquer ofensas aos direitos dos servidores, ao se estabelecer como marco inicial da vigência da revisão de proventos prevista no artigo 190 da Lei nº 8.112/90, a data de realização da perícia médica oficial que comprove o acometimento do interessado por doença especificada em lei, conforme procedimento vigente. Essa a posição do Superior Tribunal de Justiça - STJ sobre a questão, conforme dezenas de julgados naquela



Corte, dos quais se colaciona, como exemplo, aquele proferido no Recurso Especial nº 201977/RJ:

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. TRANSFORMAÇÃO EM ACIDENTÁRIA. REQUISITOS ESSENCIAIS COMPROVADOS EM JUÍZO. POSSIBILIDADE. DECRETOS 79.037/76 E 83.080/79. TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO.

1. Comprovados a incapacidade total e permanente para o trabalho e o nexó etiológico da moléstia sofrida pelo segurado, pode este obter a transformação da aposentadoria por invalidez previdenciária em acidentária, na forma do que dispõe o Decreto 83.080/79, Art. 263.

2. Ausente a postulação na via administrativa, o benefício de aposentadoria por invalidez acidentária deve ser concedida a partir da data do laudo médico -pericial que constatou a incapacidade permanente do segurado para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência.

3. Recurso conhecido e provido.

(Nesse sentido: RESP nºs 215406/SC; 216774/SC; 304356/SP)

7. O Procurador Demóstenes Tres Albuquerque (Parecer nº 700/2006-DA), por seu turno, busca flexibilizar o entendimento supra considerando que, havendo provas robustas no sentido do acometimento incontestado da moléstia em época anterior à data da emissão do laudo médico oficial, reputa-se factível a retroação dos efeitos, à luz de recente entendimento adotado pelo E. STJ, no REsp 812799 / SC, 1ª Turma, DJ de 12.06.2006, in verbis:



TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA. INCIDÊNCIA SOBRE PROVENTOS DE APOSENTADORIA. CARDIOPATIA GRAVE. ISENÇÃO. TERMO INICIAL: DATA DO DIAGNÓSTICO DA PATOLOGIA. DECRETO REGULAMENTADOR (DECRETO Nº 3.000/99, ART. 39, § 5º) QUE EXTRAPOLA OS LIMITES DA LEI (LEI 9.250/95, ART. 30). INTERPRETAÇÃO.

1. Trata-se de ação processada sob o rito ordinário ajuizada por TEREZINHA MARIA BENETTI PORT objetivando ver reconhecida a isenção de imposto de renda retido sobre os seus proventos de aposentadoria com fundamento na Lei 9.250/95, art. 30, por ser portadora de cardiopatia grave. A sentença julgou procedente o pedido ao reconhecer que a restituição deve ocorrer a partir do acometimento da doença. O TRF/4ª Região negou provimento ao apelo voluntário e à remessa oficial sob os mesmos fundamentos utilizados na sentença. Recurso especial da Fazenda apontando violação dos arts. 30 da Lei 9.250/95 e 39, §§ 4º e 5º do Decreto 3.000/99. Defende que o art. 39, §§ 4º e 5º do Decreto 3.000/99 (Regulamento do Imposto de Renda) estabelece que as isenções no caso das moléstias referidas no art. 30 da Lei 9.250/95 aplicam-se a partir da emissão do laudo ou parecer que as reconhecem. Sem contra-razões.

2. A Lei 9.250/95, em seu art. 30, estabelece que, para efeito de reconhecimento da isenção prevista no inciso XIV, do art. 6º, da Lei 7.713/88, a doença deve ser comprovada mediante laudo pericial emitido por serviço médico oficial (da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios). O Decreto 3.000/99, art. 39, § 5º, por sua vez, preceitua que as isenções deverão ser aplicadas aos rendimentos recebidos a partir do mês da emissão do laudo pericial ou parecer que reconhecer a moléstia, se esta for contraída após a aposentadoria, reforma ou pensão.

3. Do cotejo das normas dispostas, constata-se claramente que o Decreto 3.000/99 acrescentou restrição não prevista na lei,



delimitando o campo de incidência da isenção de imposto de renda. Extrapola o Poder Executivo o seu poder regulamentar quando a própria lei, instituidora da isenção, não estabelece exigência, e o decreto posterior o faz, selecionando critério que restringe o direito ao benefício.

4. As relações tributárias são revestidas de estrita legalidade. A isenção por lei concedida somente por ela pode ser revogada. É inadmissível que ato normativo infralegal acrescente ou exclua alguém do campo de incidência de determinado tributo ou de certo benefício legal.

5. Entendendo que o Decreto 3.000/99 exorbitou de seus limites, deve ser reconhecido que o termo inicial para ser computada a isenção e, conseqüentemente, a restituição dos valores recolhidos a título de imposto de renda sobre proventos de aposentadoria, deve ser a partir da data em que comprovada a doença, ou seja, do diagnóstico médico, e não da emissão do laudo oficial, o qual certamente é sempre posterior à moléstia e não retrata o objetivo primordial da lei. (grifo nosso)

8. Com efeito, tem-se que, em linha de princípio, os sobreditos posicionamentos dos representantes do Parquet não se afiguram dissonantes na medida em que reconhecem que a doença não surge com a edição do laudo médico, posto que a confirmação da moléstia tem caráter eminentemente declaratório. De outra parte, é evidente a dificuldade de se apontar ulteriormente, de forma correta e precisa, em qual momento do passado se deu o acometimento da doença. Todavia, havendo elementos comprobatórios aptos a indicar de forma incontestada que em momento pretérito a doença já havia sido diagnosticada, com o correspondente apontamento pela junta médica oficial no laudo médico, não se vislumbra óbice para a retroação dos efeitos da revisão àquela data.



9. Deveras, é factível a possibilidade de se fazer ressalvas, no caso concreto, em caso de possível mácula a situações previamente constituídas ou eventuais prejuízos a terceiros, conforme bem asseverou a douta Procuradora do Ministério Público de Contas.

10. Nesse sentido, abeberando-se da analogia, pode se extrair da jurisprudência precedentes acerca dos efeitos da sentença de interdição, fazendo ponderações acerca do momento em que se fixa a incapacidade do interessado, a exemplo do Processo TJDFT nº 20050110069614/APC (DJU de 19/02/2008), senão vejamos:

SENTENÇA DE INTERDIÇÃO. IRRETROATIVIDADE DOS EFEITOS. A SENTENÇA QUE DECLARA A INTERDIÇÃO, EM QUE PESE RECONHEÇA UMA SITUAÇÃO DE FATO PREEXISTENTE, SÓ ESTÁ APTA A PRODUZIR EFEITOS A PARTIR DE SUA PROLAÇÃO (ART. 1.184 DO CÓDIGO CIVIL), SOB PENA DE CONFERIR EXTREMA INSEGURANÇA JURÍDICA AOS TERCEIROS DE BOA-FÉ, O QUE NÃO É, POR ÓBVIO, O OBJETIVO DA LEI. OS ATOS PRATICADOS ANTERIORMENTE À SENTENÇA DE INTERDIÇÃO, PODEM SER ANULADOS, DESDE QUE COMPROVADO QUE FORAM PRATICADOS EM ESTADO DE INCAPACIDADE, NECESSITANDO AÇÃO PRÓPRIA PARA TANTO. (grifo nosso)

11. Depreende-se claramente que esse acórdão sinaliza para a possibilidade de retroação dos efeitos relativamente ao estado de incapacidade, desde que tal situação se encontre devidamente comprovada. Sob esse prisma, em nome da segurança jurídica e da boa-fé de terceiros, a nulidade dos atos praticados anteriormente à sentença que decreta a interdição exige prova manifesta da incapacidade do interditado. Confira-se julgado do egrégio Superior Tribunal de Justiça a respeito do tema:



"DIREITO E PROCESSO CIVIL. INTERDIÇÃO. ATOS ANTERIORES A SENTENÇA. NULIDADE. IMPRESCINDIBILIDADE DE PROVA CONVINCENTE E IDONEA. CERCEAMENTO. INOCORRENCIA. HONORARIOS NA EXECUÇÃO. RECURSO NÃO CONHECIDO.

I- PARA RESGUARDO DA BOA-FE DE TERCEIROS E SEGURANÇA DO COMERCIO JURIDICO, O RECONHECIMENTO DA NULIDADE DOS ATOS PRATICADOS ANTERIORMENTE A SENTENÇA DE INTERDIÇÃO RECLAMA PROVA INEQUIVOCA, ROBUSTA E CONVINCENTE DA INCAPACIDADE DO CONTRATANTE.

(...)"

(REsp 9077/RS - DJU 30-3-92) (grifo nosso)

12. Decerto que a superveniência de moléstia especificada em lei posterior à aposentação, em regra, não se mostra súbita, imprevista ou violenta, forma-se no tempo, iniciando-se numa fase interna e mórbida decorrente de acontecimento continuado, o que dificulta a percepção de quando ela começou, e, na maioria dos casos, o servidor só toma conhecimento de sua enfermidade muito tempo depois.

13. Nessa linha de raciocínio, o Tribunal de Contas da União, em sede de Consulta formulada pelo Tribunal Superior do Trabalho no TC 010.819/2006-9 (Acórdão nº 278/2007- Plenário), identificou três hipóteses em que é legal a integralização dos proventos com base na forma de cálculo existente antes da MP nº 167/2004, convertida na Lei nº 10.887/04 (o cálculo passou a ser feito pela média das contribuições), quais sejam:

- a) a do servidor que, até a data de publicação da EC nº 41/2003, tenha cumprido todos os requisitos para obtenção da concessão de aposentadoria com base nos critérios da legislação



então vigente, com base na previsão expressa de seu art. 3º (subitem 9.1.3);

- b) a do o servidor não alcançado pelo disposto no art. 3º da EC nº 41/2003, que tenha sido acometido de doença que dê direito ao benefício do art. 190 da Lei nº 8.112/1990, comprovada por laudo médico oficial emitido até 19/02/2004 (subitem 9.1.4);*
- c) o servidor não alcançado pelo disposto no art. 3º da EC nº. 31/2004, que tenha sido acometido de doença que dê direito ao benefício do art. 190 da Lei nº 8.112/1990, comprovada por laudo médico oficial emitido após 19/02/2004, com expressa consignação acerca de ser a moléstia anterior a esse limite temporal. 2004 (subitem 9.1.4 do Acórdão nº 278/2007).*

14. Reconheceu a egrégia Corte de Contas federal a hipótese da ocorrência da moléstia em data pretérita à edição do laudo médico, com retroação dos efeitos jurídicos, desde que haja consignação expressa na peça documental oficial.

15. A justiça do trabalho também sinaliza para a possibilidade de retroação à luz da inteligência da Súmula 378, II, do TST. Nesse aspecto, entende que o laudo médico, apesar de haver diagnosticado a incapacidade laboral do empregado em época posterior à sua despedida, está apto a gerar efeitos retroativos, uma vez verificada a relação de causalidade da moléstia com a execução pretérita do contrato de trabalho, caracterizando-se, assim, o acometimento de doença profissional para fins de concessão da estabilidade provisória prevista no art. 118 da Lei 8213/91, dispensada a percepção do auxílio doença acidentário, senão vejamos:



II - São pressupostos para a concessão da estabilidade o afastamento superior a 15 dias e a conseqüente percepção do auxílio-doença acidentário, salvo se constatada, após a despedida, doença profissional que guarde relação de causalidade com a execução do contrato de emprego.

16. Noutro giro, oportuno se abrir um parêntese para distinguir a invalidez formal e a material. Formalmente, são presumidamente inválidos para o exercício de cargo público os portadores das doenças especificadas em lei como justificadoras de aposentadoria ou revisões do art. 190 da Lei nº 8112/90, independentemente de seus estados físicos (invalidez material).

17. Esse o motivo da polêmica sobre a exigência de exame de HIV para ingresso no serviço público, como mostram os Processos - TCDF nº 4284/96, 4702/97 e 2392/00, considerando-se que, independentemente das condições pessoais dos portadores das moléstias especificadas em lei, ainda que não estejam efetiva e totalmente incapacitados para o labor, têm eles direito à aposentadoria. Sobre esse tema, há divergência de opiniões quanto à exigência do exame, mas não sobre o direito à aposentadoria ou eventual revisão.

18. Diante de todo esse contexto crê-se que não subsistem quaisquer ofensas aos direitos dos servidores, ao se estabelecer como marco inicial da vigência da revisão de proventos prevista no artigo 190 da Lei nº 8.112/90, a data de realização da perícia médica oficial que comprove o acometimento do interessado por doença especificada em lei, considerando a impossibilidade de apontar de forma correta e precisa em qual momento do passado se deu o acometimento da doença, a teor do fixado na alínea "b" do item 7.2.3. do Título II, Capítulo 7, do Manual de Aposentadoria e Pensão Civil, instituído pela Resolução TCDF nº 124/2000.



19. De outra parte, também reputa-se factível a hipótese de retroação dos efeitos, uma vez fixada expressamente no laudo médico oficial uma data pretérita, indicando que restou concluído haver um grau de certeza técnico/científica quanto ao momento em que a moléstia especificada em lei já havia se manifestado no servidor, ainda que não seja o seu marco inicial. Isso porque a junta médica oficial, em princípio, é composta de profissionais dotados de capacitação técnica para fazer tal avaliação, mantendo contato direto com o paciente, contando com resultados de exames passados e fazendo novos exames médicos, necessários para a mensuração da moléstia.

20. O que não se pode conceber é que tal retroação ultrapasse as fronteiras do limite do razoável sem que os autos processuais estejam municiados por elementos probatórios complementares, aptos a conferir a convicção necessária para o Tribunal se manifestar pela regularidade da revisão consubstanciada no artigo 190 da Lei nº 8112/90.

21. Nesse passo, oportuno trazer a lume posicionamento adotado na Decisão Extraordinária Administrativa nº 65/2005, adotada no **Processo Paradigma nº 3720/93**, de relato do ilustre **Conselheiro Renato Rainha**, mediante o qual a Corte reconheceu a possibilidade de se conferir efeitos retroativos à revisão considerando que havia elementos nos autos indicativos do acometimento da doença qualificada cerca de quatro anos pretéritos à expedição do Laudo Médico oficial. Todavia, o Tribunal optou por limitar a retroação dos efeitos ao dia do requerimento da revisão protocolado pelo servidor junto à Administração, onde se pressupõe que à época tinha ciência de que era portador de moléstia especificada em lei, não podendo ser penalizado pela demora na emissão do laudo confirmatório da junta médica oficial devido aos trâmites burocráticos de praxe. Nesse sentido traz-se o seguinte excerto do voto condutor:



Consoante o disposto no documento de fls. 83/86, o ex-servidor é aflagido pela neoplasia desde **25.08.2000**. Por desconhecidas e insondáveis razões somente exercitou o direito de pleitear a revisão em **19.07.2004**, ou seja, quase 4(quatro) anos após o conhecimento da doença que o vitima.

Ao exercitar a prerrogativa que a lei lhe confere, a Junta Médica desta Corte, quando da emissão de seu laudo, o que ocorreu em **24.08.2004**, considerou o disposto no referido documento, pois concluiu "após avaliação clínica e análise de exames subsidiários,, que o servidor ANTONIO GABRIEL BORGES é portador de NEOPLASIA MALIGNA, doença prevista em lei,...".

Diante da realidade que venho de expor cumpre indagar: o ex-servidor reuniu o pressuposto para a revisão pleiteada na data emissão do laudo pela Junta Médica do TCDF ou na do documento que esta levou em consideração para emitir seu juízo? O fato de haver exercitado de forma tardia o seu direito inviabiliza a sua pretensão?

Respondendo à primeira indagação, não tenho dúvida em afirmar que o requerente reuniu as condições para pleitear a revisão de proventos quando da emissão do primeiro laudo que constatou a doença especificada em lei, vale dizer, em agosto de 2000, quando vigoravam regras que não suscitarium o debate que acontece nestes autos, a meu sentir, pelo que venho de expor, desnecessário.

Considerando esta realidade, a jurisprudência prevalectente nesta Corte de Contas e respondendo à segunda indagação, entendo que incide, no caso em exame, o que deflui dos seguintes verbetes:

- Súmula nº 359 do STF:



"Ressalvada a revisão prevista em lei, os proventos da inatividade regulam-se pela lei vigente ao tempo em que o militar, ou o servidor civil, reuniu os requisitos necessários".

- Enunciado nº 21 das Súmulas da Jurisprudência do TCDF:

"Os atos de aposentadoria e os de reforma, bem como os de revisão dos proventos, regem-se pela lei do tempo em que se verificarem os pressupostos da concessão ou da revisão."

Assim sendo, entendo que a pretensão do requerente está amparada pelo disposto no multicitado art. 190 da Lei nº 8.112/90.

Coerente com a linha de raciocínio que venho de adotar, sou de entendimento que os efeitos financeiros da presente revisão devem vigorar a partir da data do pedido (19.07.2004) e não da data da expedição do laudo médico (24.08.2004), pois, no caso concreto, a Junta Médica desta Corte reconheceu, tacitamente, que o inativo já portava a doença especificada em lei em data anterior ao requerimento.

Se assim é, penalizá-lo com a incidência dos efeitos financeiros somente a partir da data do laudo carece de sentido, pois o requerente não pode ser responsabilizado pelo tempo de tramitação do pedido nos diversos setores administrativos, fator que foge a seu controle.

22. Depreende-se do sobredito precedente que não houve menção expressa, no laudo médico, acerca da data em que a moléstia já teria se manifestado no



servidor, embora a junta médica, ao diagnosticar a doença qualificada, tenha se valido de laudo e exames médicos realizados há cerca de quatro anos. In casu, o eminente Conselheiro Relator entendeu que o requerente reunira as condições para pleitear a revisão de proventos quando da emissão do primeiro laudo que constatou a doença especificada em lei, havendo a junta médica reconhecido tacitamente que o inativo já portava a doença especificada em lei em data anterior ao requerimento. Nada obstante, posicionou-se no sentido de que os efeitos financeiros da revisão em tela deveriam vigorar a partir da data do pedido.

23. *Diante desse contexto, tem-se que se pode conferir um tratamento mais elastecido na hipótese de a data do acometimento da moléstia ser expressamente indicada pela própria junta médica e ante à falta de norma disciplinando a matéria. Isso porque a junta médica é composta de profissionais dotados de capacitação técnica para fazer tal avaliação, mantendo contato direto com o paciente, contando com resultados de exames passados e fazendo novos exames médicos, necessários para a mensuração da moléstia.*

24. *Nesse sentido, considera-se razoável admitir a retroação dos efeitos da revisão em apreço àquela data expressamente indicada no laudo da junta médica oficial, desde que os autos contenham outros elementos comprobatórios, tais como laudos médicos emitidos por Instituições de Saúde e/ou por médicos particulares, resultados de exames clínicos acompanhados por diagnósticos de profissionais da medicina especializada, decisões judiciais de interdição de servidor decorrente de moléstia incapacitante, que possibilitem firmar convicção acerca do acometimento da moléstia em época anterior, obedecida, a toda evidência, quanto aos efeitos financeiros, a prescrição quinquenal.*

25. *No caso concreto, uma vez ausentes tais elementos ou havendo início de prova material, deve*



ser avaliada a necessidade de serem os autos baixados em diligência, a fim de que a junta médica oficial exponha os motivos justificadores da retroação da moléstia, sem embargo de anexar prova documental complementar. Nesse sentido as Decisões nºs 6819/07, 5540/07 e 6924/07, adotadas nos Processos nºs 5009/95, 1625/00 e 23486/06, sendo que nesse último feito os efeitos retroativos restaram acolhidos com base no seguinte excerto do Parecer nº 990/2007-DA:

In casu, a despeito de os efeitos da revisão terem retroagido há cerca de cinco meses anteriores à data da expedição do laudo médico oficial, considera-se, excepcionalmente, plausível a hipótese. A uma, porque o referido laudo atesta, de forma expressa, que, além da avaliação do servidor, foram coletados dados que corroboraram para a conclusão de que a moléstia já se fazia presente desde 08/12/2004 (data considerada para a revisão). A duas, porque o interessado forneceu à referida Junta Médica Relatórios e Laudos e Exames Médicos, advindos de outras Instituições de Saúde (fls. 38/47 -apenso), inclusive do Hospital Universitário de Brasília (Unidade Pública), onde passou por procedimento cirúrgico (prostatectomia radical), já com diagnóstico do infortúnio de CA Próstata CID: C 61 (Neoplasia Maligna da Próstata), com alta em novembro/04 (fl. 39-apenso), portanto, antes da data considerada.

26. O fato é que a expressão contida no Manual de Aposentadoria e Pensão Civil de que a vigência dos efeitos financeiros retroage à data da expedição do laudo médico abrange não apenas as doenças contemporâneas ao exame médico, como ocorre mais frequentemente, mas também as doenças preexistentes assim reconhecidas expressamente pelo laudo com base em exames médicos anteriores e/ou nas suas próprias constatações, caso em que, excepcionalmente, e tendo em vista a dicção e o espírito do artigo 190 da Lei nº 8112/90 (que se reporta ao simples acometimento da moléstia), a



data de expedição do laudo poderia ser entendida como a data em que o laudo deveria ter sido expedido ou simplesmente a data indicada pelo laudo em que a moléstia teve início, já que o direito à revisão nasce, na verdade, no momento do acometimento da moléstia e não exatamente no momento do seu posterior reconhecimento por junta médica.

27. *De outra parte, cumpre registrar a existência de diversas decisões plenárias desta Corte no sentido de considerar, como data da vigência das revisões concedidas com fulcro no artigo 190 da Lei nº 8112/90, o dia da expedição do laudo médico, a exemplo da Decisão nº 2035/02 (Processo nº 1115/98), Decisão nº 2895/05 (Processo nº 479/87), Decisão nº 1263/05 (Processo nº 2944/05), Decisão nº 7456/99 (Processo nº 2400/92), Decisão nº 1688/06 (Processo nº 39809/05), Decisão nº 6102/03 (Processo nº 1651/93), Decisão nº 5948/07 (Processo nº 5337/96), Decisão nº 4904/07 (Processo nº 1393/99), Decisão nº 1948/07 (Processo nº 443/99), Decisão nº 2467/06 (Processo nº 2199/03), Decisão nº 3261/06 (Processo nº 6425/96), Decisão nº 4352/07 (Processo nº 3485/92) e Decisão nº 5413/07 (Processo nº 4787/98).*

28. *O Superior Tribunal de Justiça, por seu turno, nas decisões proferidas no Resp. 256.756-MS, D.J. De 08/10/2001, e no AgRg no REsp 869371/SP, DJ de 05.02.2007, manifesta-se de forma consentânea com esse direcionamento, respectivamente, senão vejamos:*

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. TERMO INICIAL. PRESCRIÇÃO DE PARCELAS.

I - Inocorrência de prescrição de parcelas em vista do termo inicial do benefício contar-se a partir da apresentação do laudo em Juízo.

II - Constatada a incapacidade apenas em juízo, sem exame médico do INSS na via



administrativa, o termo inicial deve ser contado da data do laudo que concluiu pela incapacidade.

III - Recurso conhecido em parte e, nessa, provido..

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. TERMO INICIAL. LAUDO PERICIAL. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

I - Consoante entendimento desta Corte, o termo inicial do benefício de aposentadoria por invalidez, se não houve exame médico na via administrativa, é a data apresentação do laudo pericial em juízo. Precedentes.

II - Agravo interno desprovido.

29. Assim sendo, à luz desses precedentes e do princípio da segurança jurídica que deve reger as relações entre a Administração e os administrados e, diante da dificuldade de apontar de forma correta e precisa em qual momento do passado se deu o acometimento da doença, tem-se que deve ser mantida, como regra geral, o entendimento fixado na alínea "b" do item 7.2.3. do Título II, Capítulo 7, do Manual de Aposentadoria e Pensão Civil, que vem norteando as decisões prolatadas em diversos feitos da espécie, acolhendo-se, como hipóteses excepcionais, as situações descritas no parágrafos antecedentes.

30. Respeitante aos valores recebidos pelos servidores em face dos efeitos retroativos dados à revisão prevista no artigo 190 da Lei nº 8.112/90, ressalte-se que, tendo em conta as controvérsias suscitadas acerca da matéria, envolvendo a interpretação e o alcance desse dispositivo legal, a teor do disposto no Enunciado nº 79 das Súmulas de Jurisprudência deste Tribunal, é dispensável o



ressarcimento ao erário dos valores pagos a maior, a esse título, quando expressamente fixada data pretérita à expedição do laudo médico fora das hipóteses supra indicadas, limitada a dispensa à data em que foi conhecida a mudança de entendimento. Nesse sentido a Decisão nº 6.806/2007, adotada no Processo nº 12.633/05:

"... 1. a simples constatação da boa-fé e de o beneficiário do erro não haver contribuído para a sua ocorrência não justificam a dispensa da restituição dos valores indevidamente recebidos, para não caracterizar o enriquecimento sem causa à custa do erário; 2. a restituição dos valores deve ser feita de ofício, mediante descontos na folha de pagamento do servidor, como procedimento de rotina, independentemente de anuência do interessado; 3. devem ser respeitados os limites legais de desconto previstos para os diferentes regimes laborais que os servidores tenham com o Distrito Federal (estatutário, celetista ou militar); 4. é conveniente, nos casos de pagamentos indevidos continuados, que a reposição seja feita, no mínimo, pela mesma quantidade de parcelas quantas corresponderam aos pagamentos indevidos; 5. somente poderá ser dispensada a devolução dos valores recebidos a mais quando constatada a falha de interpretação da norma legal de regência, assim considerada a interpretação razoável, embora errônea, da lei pela Administração, abrangendo, também, a hipótese em que a Administração, unilateralmente, modificou entendimento até então tido como legal, limitada a dispensa à data em que foi conhecida a mudança de entendimento; ..."
(grifou-se)

31. Pelo exposto, sugere-se que o egrégio Plenário desta Casa:



I - considere o seguinte entendimento:

- a) deve-se manter, como regra geral, o entendimento fixado na alínea "b" do item 7.2.3. do Título II, Capítulo 7, do Manual de Aposentadoria e Pensão Civil, instituído pela Resolução TCDF nº 124/2000, qual seja, o marco inicial da vigência da revisão de proventos prevista no artigo 190 da Lei nº 8.112/90 corresponde à data de realização da perícia médica oficial que comprove o acometimento do interessado por doença especificada em lei (data de expedição do laudo médico), considerando a impossibilidade de apontar de forma correta e precisa em qual momento do passado se deu o acometimento da doença;*
- b) é admissível a retroação dos efeitos na hipótese de a data fixada no laudo médico ultrapassar o sobredito marco temporal (data da expedição do laudo médico), desde que os autos contenham outros elementos comprobatórios que possibilitem firmar convicção acerca do acometimento da moléstia em data anterior, obedecida, quanto aos efeitos financeiros, a prescrição quinquenal, podendo, no caso concreto, ser avaliada a necessidade de serem os autos baixados em diligência, a fim de que a junta médica oficial exponha os motivos justificadores da retroação da moléstia, sem embargo de anexar prova documental complementar (laudos médicos emitidos por Instituições de Saúde e/ou por médicos particulares, resultados de exames clínicos*



acompanhados por diagnósticos de profissionais da medicina especializada, decisões judiciais de interdição de servidor decorrente de moléstia incapacitante etc);

- c) tendo em conta as controvérsias suscitadas quanto aos efeitos retroativos da revisão de proventos prevista no artigo 190 da Lei nº 8.112/90, envolvendo a interpretação e o alcance desse dispositivo legal, é dispensável o ressarcimento ao erário dos valores pagos a maior, a esse título, quando expressamente fixada data pretérita à expedição do laudo médico fora das hipóteses supra indicadas, a teor do disposto no Enunciado nº 79 das Súmulas de Jurisprudência deste Tribunal, limitada a dispensa à data em que foi conhecida a mudança e uniformização de entendimento;*

II - cientificar aos jurisdicionados acerca da decisão que vier a ser adotada;

III - autorizar o arquivamento do presente feito."

Em parecer convergente, o Ministério Público de Contas asseverou:

"9. O Ministério Público comunga com o posicionamento adotado pelo Corpo Técnico, a par de reconhecer que a matéria tratada nos autos é deveras complexa, mormente por envolver situações que refogem à órbita puramente processual ou



jurídica, porquanto adentra na seara médica. Crê-se, assim, que, para melhor compreensão e elucidação do tema, mister se faz esmiuçá-lo.

10. É fato que o presente processo cuida especificamente da vigência das revisões de proventos com base no artigo 190 da Lei nº 8.112/90. Contudo, até porque o fundo de direito é o mesmo, a análise do Parquet abrangerá também a possibilidade de retroação dos efeitos inclusive das concessões iniciais de aposentadorias por invalidez.

11. Note-se que tramita no Tribunal o Processo nº 18142/07, que cuida exatamente da possibilidade de se conceder efeitos retroativos ao laudo médico no caso de aposentadoria por invalidez simples. Tal processo, que também conterà parecer desse Órgão Ministerial, seguirá o posicionamento a seguir adotado.

12. Em primeiro plano, cumpre definir se o laudo médico tem caráter declarativo ou constitutivo. Essa definição mostra-se importante, uma vez que dela pode defluir efeitos divergentes.

13. A natureza declaratória de um ato administrativo revela-se, como sinaliza o nomen juris, quando há declaração de existência ou inexistência de determinada relação jurídica, ou, simplesmente, quando se presta a comprovar mero fato. Importa notar que a relação jurídica ou o fato declarado devem ser concretos, efetivos, mesmo que pretéritos, mas capazes de gerarem efeitos no presente e no futuro, sob pena de se tornarem inócuos.

14. A seu turno, o ato constitutivo é concebido quando se cria, modifica ou extingue uma relação



*jurídica. Nesse caso, não se mostra presente apenas a declaração de uma situação anterior, mas, sim, está-se diante de um efeito **modificador** de situação pretérita. Como ensina Barbosa Moreira, a respeito da natureza constitutiva da sentença: Parece escusado insistir em que o efeito (situação nova) não pode estar incluído no conteúdo da sentença. Trata-se de algo que a ela se segue, que dela resulta, e que portanto, necessariamente, fora dela se situa. O que a sentença contém é o ato de modificar a situação anterior¹.*

15. Trazendo para o caso analisado, o laudo de junta médica oficial não se presta a criar ou modificar qualquer relação ou fato jurídicos. Não há um efeito modificador de situação anterior. Ao contrário, o documento médico declara ou comprova o fato de que o servidor é portador de moléstia que o incapacita do labor diário, seja ela especificada ou não em lei. Veja-se que a doença que acomete o servidor não é criada ou modificada pelo laudo médico, mas apenas reconhecida por meio dele. Daí poder-se afirmar que o laudo médico tem natureza meramente declarativa. Disso advém que não necessariamente os efeitos devam decorrer a partir do laudo médico, porquanto sua eficácia é apenas declaratória. Ora, se assim de fato é, não há entraves visíveis a que o laudo médico aponte data anterior à sua emissão como sendo a de início da moléstia.

16. Em termos legislativos, cumpre registrar que, para fins de isenção, o regulamento do imposto de renda já prevê a possibilidade de retroação do laudo médico (Decreto nº 3.000/99):

(...)

Art. 39. Não entrarão no cômputo do rendimento bruto:

¹ Texto disponível em <http://www.abdpc.org.br/artigos/artigo10.htm>, de autoria de Hermes Zaneti Junior, acesso em 05/05/2008.



(...)

Proventos de Aposentadoria por Doença Grave

XXXIII - os proventos de aposentadoria ou reforma, desde que motivadas por acidente em serviço e os percebidos pelos portadores de moléstia profissional, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estados avançados de doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome de imunodeficiência adquirida, e fibrose cística (mucoviscidose), com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída depois da aposentadoria ou reforma (Lei nº 7.713, de 1988, art. 6º, inciso XIV, Lei nº 8.541, de 1992, art. 47, e Lei nº 9.250, de 1995, art. 30, § 2º);

(...)

§ 5º As isenções a que se referem os incisos XXXI e XXXIII aplicam-se aos rendimentos recebidos a partir:

- I - do mês da concessão da aposentadoria, reforma ou pensão;
- II - do mês da emissão do laudo ou parecer que reconhecer a moléstia, se esta for contraída após a aposentadoria, reforma ou pensão;
- III - da data em que a doença foi contraída, quando identificada no laudo pericial.**

17. Como aduzido pelos ilustres representantes do Parquet, o problema então passa a ser conhecer precisamente a data em que o servidor foi acometido pela doença que o vitima. Nesse ponto, acredita-se que deva haver conexão entre as ciências jurídica e médica. É de todo importante, no campo jurídico, acerrar-se de elementos que garantam ao aplicador do direito a certeza processual de que a data



indicada em que deve operar efeitos o laudo médico é factível, ainda que pretérita ao ato da junta médica oficial. Esses elementos, como salientado pela Inspetoria, afiguram-se como laudos médicos emitidos por instituições de saúde ou médicos particulares, exames clínicos, diagnósticos de profissionais especializados, decisões judiciais, ou outros suficientemente aptos a tal fim.

18. *Veja-se que a análise jurídica não deve ter o condão de especificar a data em que deve gerar efeitos o laudo médico, mas apenas confrontar o indicado pela área médica com os elementos constantes de cada caso concreto. Ao profissional da saúde caberá precipuamente, informar, por meio do laudo médico, a data em que o servidor se viu acometido de enfermidade. Quanto a essa função, não cabe interferência jurídica, por absoluta falta de conhecimento científico.*

19. *Casos há em que os elementos probantes do início da doença são tipificados no próprio laudo médico. Sim, porque se a junta especializada assevera que o servidor foi avaliado em data pretérita e já apresentava os sintomas da enfermidade, não há porque demandar por outros elementos de prova. Veja-se o exemplo de tal situação, retirada de laudo médico constante do Processo nº 18142/07, emitido em 31 de outubro de 2006:*

*A servidora foi avaliada por Junta Médica em **24.07.2002**, quando foi constatada ser portadora de patologia de CID: F 32.9, conseqüentemente incapacitada laborativa. Permaneceu de licença médica para observação da evolução da doença, conforme faculta o artigo 188 & 1º da lei 8112/90.*

*Em **15.05.2004** foi considerada definitivamente inválida.*



Portanto, como não houve retorno ao trabalho, no período de 24.07.2002 a 15.05.2004, a incapacidade laborativa inicialmente ocorreu a partir de 24.07.2002.

20. No caso acima apresentado, a verossimilhança está presente no próprio laudo médico, de forma inconteste, não demandando por quaisquer outros elementos. Dada a natureza declaratória do documento da junta médica, descabe considerar outros elementos, porquanto a certeza processual/jurídica está plenamente satisfeita.

21. Evidentemente, contudo, a possibilidade de retroação dos efeitos do laudo médico deve ser vista como exceção. Afinal, geralmente é a partir do exame efetuado pela junta médica oficial que se caracteriza a existência da moléstia que incapacita o servidor. Daí prosperar o entendimento da Unidade Técnica de que a data de emissão do laudo deve-se manter como parâmetro, admitindo-se, todavia, a retroação dos efeitos, quando presentes os casos já salientados alhures.

22. Admitida essa possibilidade, convém diferenciar os efeitos na aposentadoria e na revisão de proventos. A propósito da revisão, que é o tema particular desses estudos especiais, tem-se que o servidor já goza de situação de aposentado, vindo, posteriormente, a ser importunado por doença.

23. Aqui não há falar-se em quaisquer outros requisitos para a obtenção do direito à revisão, senão a comprovação da enfermidade. Noutras palavras, havendo laudo médico declarando a moléstia, o servidor passa a ter direito automaticamente à revisão de proventos, seja ela com proventos integrais (no caso de doença especificada em lei) ou proporcionais.



24. No caso da concessão inicial de aposentadoria, entretantes, a situação cambia. Em realidade, o servidor para aposentar-se por invalidez deve ser acometido da doença, especificada em lei ou não, e, também, em decorrência dessa enfermidade, estar impossibilitado do labor diário. Nesse caso, a junta médica, por meio de laudo pericial, declara a doença que vitima o servidor ao mesmo tempo em que atesta sua incapacidade laborativa.

25. Quando a inativação se dá posteriormente à emissão do laudo médico, não há maiores problemas. Entretantes, quando a concessão é retroativa, possibilidade aqui já defendida, há necessidade de averiguar outras variáveis. Por logicidade, esse Parquet acredita que o servidor que for aposentado em decorrência de laudo médico retroativo, deve estar gozando de licença para tratamento da saúde quando da data indicada no laudo como de início da moléstia. Afinal, se houve trabalho, não houve incapacidade laborativa. Lembre-se que a concessão de aposentadoria por invalidez requer a junção de dois requisitos básicos indissociáveis: a contração da enfermidade, atestada por laudo médico, e a decorrente incapacidade laborativa.

26. A propósito da licença para tratamento de saúde, deve-se observar o disposto no artigo 188 da Lei nº 8.112/90:

Art. 188. A aposentadoria voluntária ou por invalidez vigorará a partir da data da publicação do respectivo ato.

§ 1º A aposentadoria por invalidez será precedida de licença para tratamento de saúde, por período não excedente a 24 (vinte e quatro) meses.



§ 2º Expirado o período de licença e não estando em condições de reassumir o cargo ou de ser readaptado, o servidor será aposentado.

§ 3º O lapso de tempo compreendido entre o término da licença e a publicação do ato da aposentadoria será considerado como de prorrogação da licença.

27. Cumpre observar que a dicção do citado normativo coaduna-se com a posição defendida por esse Parquet. De fato, a inativação só ocorre com a publicação do ato concessório. Todavia, nada impede que seus efeitos retroajam no tempo. Dessa forma, estando o servidor de licença médica, porque ainda não definitiva sua incapacidade, mister se faz que o afastamento não perdure por mais de vinte e quatro meses, a teor do que dispõe o § 1º do artigo acima registrado. Como o próprio normativo indica, expirado o prazo máximo de licença, o servidor que estiver ainda incapacitado deverá ser aposentado.

28. O aplicador do direito ainda pode-se deparar com casos concretos em que haja interrupção da licença para tratamento de saúde. Nesse caso, a melhor exegese manda que seja observada a situação do servidor quando da emissão do laudo médico, uma vez que os períodos em que houve trabalho por parte do servidor não devem ser considerados como incapacidade laborativa. Importante verificar, quanto a esse aspecto, o disposto no artigo 82 da Lei nº 8.112/90:

Art. 82. A licença concedida dentro de 60 (sessenta) dias do término de outra da mesma espécie será considerada como prorrogação.

29. Quando se considera a possibilidade de retroação dos efeitos do laudo médico para aposentadorias, outra questão deve ser analisada. O



que fazer com o período posterior à data em que começam os efeitos da inativação, uma vez que o servidor estava em efetivo exercício, ainda que de licença médica?

30. A hipótese passa por uma análise do direito adquirido, instituto sempre pronto a colocar ao interprete enormes barreiras.

31. Na visão desse Órgão Ministerial, o servidor tem direito adquirido à modalidade de aposentadoria vigente à época da data retroativa disposta no laudo médico. Isso implica dizer que o servidor terá direito à aposentadoria se cumpridas as exigências de aposentação vigentes à época em que retrotrair a concessão. Trata-se da aplicação da teoria de Gabba, a qual concebe como adquirido todo direito que seja consequência de um fato idôneo a produzi-lo, em virtude da lei do tempo em que esse fato foi realizado, embora a ocasião de o fazer valer não se tenha apresentado antes do surgimento de uma lei nova sobre o mesmo. O jurista pátrio Celso Bastos² perfilha o seguinte entendimento acerca do tema do direito adquirido:

consiste na faculdade de continuar a extraírem-se efeitos de um ato contrário aos previstos pela lei atualmente em vigor, ou, se preferirmos, continuar-se a gozar dos efeitos de uma lei pretérita mesmo depois de ter ela sido revogada. Portanto, o direito adquirido envolve sempre um dimensão prospectiva, vale dizer, voltada para o futuro. Se se trata de ato já praticado no passado, tendo aí produzido todos os seus efeitos, é ato na verdade consumado, que não coloca nenhum problema de direito adquirido.

² Bastos, Celso. *Comentários à Constituição do Brasil*. São Paulo, Saraiva, 1989, vol.2, p.193.



32. O fato de haver direito adquirido à aposentadoria nos termos da legislação vigente à época da retroação do laudo médico, não significa, contudo, que o período posterior àquela data seja totalmente desaproveitado. Em verdade, o tempo posterior, da mesma forma que o direito adquirido à inativação nos termos da legislação pretérita, incorporou-se ao patrimônio jurídico do servidor e dele não pode ser retirado. O que não se pode, por lógica, é confrontar as duas situações.

33. Assim, a título de exemplo, um servidor pode-se aposentar em 2005, com as regras vigentes em 2002. O período que medeia as duas datas, contudo, pode ser computado para fins de outros direitos cujos requisitos sejam apenas o tempo de serviço, tais como o adicional por tempo de serviço e as progressões na carreira.

34. Ante o exposto, diante das considerações expendidas, o Parquet, com ajustes às sugestões oferecidas pela digna Inspetoria, opina no sentido de que o Tribunal:

I - considere o seguinte entendimento:

- a) deve-se manter, como regra geral, o entendimento fixado na alínea "b" do item 7.2.3. do Título II, Capítulo 7, do Manual de Aposentadoria e Pensão Civil, instituído pela Resolução TCDF nº 124/2000, qual seja, o marco inicial da vigência da revisão de proventos prevista no artigo 190 da Lei nº 8.112/90 corresponde à data de realização da perícia médica oficial que comprove o acometimento do interessado por doença especificada em lei (data de expedição do laudo médico),



considerando a impossibilidade de apontar de forma correta e precisa em qual momento do passado se deu o acometimento da doença;

b) é admissível a retroação dos efeitos na hipótese de o próprio laudo médico, de forma inconteste, indicar a data em que houve acometimento da moléstia;

b.1) caso o laudo médico não seja suficiente para a certeza jurídico/processual da data de acometimento da moléstia, admitir-se-á a retroação dos efeitos se os autos contiverem outros elementos comprobatórios que possibilitem firmar convicção acerca do acometimento da moléstia em data anterior, obedecida, quanto aos efeitos financeiros, a prescrição quinquenal, podendo, no caso concreto, ser avaliada a necessidade de serem os autos baixados em diligência, a fim de que a junta médica oficial exponha os motivos justificadores da retroação da moléstia, sem embargo de anexar prova documental complementar (laudos médicos emitidos por Instituições de Saúde e/ou por médicos particulares, resultados de exames clínicos acompanhados por diagnósticos de profissionais da medicina especializada, decisões judiciais de interdição de servidor decorrente de moléstia incapacitante etc);



c) tendo em conta as controvérsias suscitadas quanto aos efeitos retroativos da revisão de proventos prevista no artigo 190 da Lei nº 8.112/90, envolvendo a interpretação e o alcance desse dispositivo legal, é dispensável o ressarcimento ao erário dos valores pagos a maior, a esse título, quando expressamente fixada data pretérita à expedição do laudo médico fora das hipóteses supra indicadas, a teor do disposto no Enunciado nº 79 das Súmulas de Jurisprudência deste Tribunal, limitada a dispensa à data em que foi conhecida a mudança e uniformização de entendimento;

II - cientifique os jurisdicionados acerca da decisão que vier a ser adotada nestes autos;

III - autorize o arquivamento do presente feito."

É o relatório.



VOTO

Preliminarmente, devo registrar que meu posicionamento a respeito do assunto em pauta, como bem assinalou a instrução, é por demais conhecido deste Plenário, razão pela qual não me estenderei na abordagem do tema.

Assim sendo, não tenho razões para dissentir do entendimento manifestado pelo Órgão Ministerial, pois defendi semelhante entendimento quando do relato dos Processos nºs 3.720/1993, 341/2004, 8.794/2006 e 1.600/1999. Neste último foi proferida a Decisão nº 6.840/2007, nos seguintes termos:

"O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator, decidiu determinar a baixa dos autos em diligência junto à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, a jurisdicionada adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, na forma a seguir indicada:

(...)

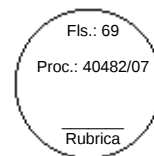
II - retificar o ato de revisão de aposentadoria à fl. 90 - apenso, alterado pelo ato de fls. 98/99 - apenso, para corrigir sua vigência para 28.02.2002, data em que foi constatada a doença que vitimou o inativo;"

Verifico que não sou voz isolada, pois, além dos precedentes jurisprudenciais competentemente indicados na instrução e no parecer ministerial, o Poder Judiciário exarou as seguintes decisões, quando da apreciação de casos análogos:

""STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Classe: AGA - AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE
INSTRUMENTO - 703991



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO RAINHA



Processo: 200501444392 UF: DF Órgão Julgador:
QUINTA TURMA Data da decisão: **21/03/2006** Documento:
STJ000683424 Fonte DJ DATA:02/05/2006 PÁGINA:371
Relator(a) LAURITA VAZ

Decisão

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da QUINTA TURMA do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, negar provimento ao agravo regimental. Os Srs. Ministros Arnaldo Esteves Lima, Felix Fischer e Gilson Dipp votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Ementa

SERVIDOR PÚBLICO. MILITAR. **CARDIOPATIA GRAVE**. REFORMA. CONCEDIDA A PARTIR DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. REVISÃO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. **TERMO INICIAL. A PARTIR DA CONSTATAÇÃO DA DOENÇA.** VALORES RECEBIDOS INDEVIDAMENTE POR 4 MESES. ERRÔNEA INTERPRETAÇÃO. DEVOLUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. BOA-FÉ. PRECEDENTES. AGRAVO DESPROVIDO.

1. É indevida a restituição dos valores pagos aos Servidores Públicos, quando constatada a **boa-fé** do beneficiado, em decorrência de errônea interpretação ou má aplicação da lei pela Administração Pública.

2. Agravo regimental desprovido.

Sucessivos AgRg no Ag 781814 RJ 2006/0110063-7
DECISÃO:07/11/2006 DJ DATA:18/12/2006 PG:00484"

"STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Classe: RESP - RECURSO ESPECIAL - 900550
Processo: 200602460280 UF: SP Órgão Julgador:
PRIMEIRA TURMA
Data da decisão: 27/03/2007 Documento: STJ000740899
Fonte DJ DATA:12/04/2007 PÁGINA:254 Relator(a)
TEORI ALBINO ZAVASCKI

Ementa



TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. MOLÉSTIA GRAVE. ART. 6º, XIV, DA LEI 7.713/88. ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA. TERMO A QUO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PRESCRIÇÃO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO JUROS. CORREÇÃO MONETÁRIA.

1. A jurisprudência do STJ tem decidido que o **termo inicial** da isenção da imposto de renda sobre proventos de aposentadoria prevista no art. 6º, XIV, da Lei 7.713/88 é a **data de comprovação da doença mediante diagnóstico médico**. Precedentes: REsp 812.799/SC, 1ª T., Min. José Delgado, DJ de 12.06.2006; REsp 677603/PB, 1ª T., Ministro Luiz Fux, DJ de 25.04.2005; REsp 675.484/SC, 2ª T., Min. João Otávio de Noronha, DJ de 01.02.2005)

2. **No caso concreto, há laudo emitido pelo serviço médico oficial do Município de Araras - SP reconhecendo que o recorrente é portador de neoplasia maligna desde setembro de 1993, devendo a isenção, em consonância com o disposto nos artigos 30 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 95, e 39, §§ 4º e 5º, III, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999, ser reconhecida desde então.**

3. As razões do recurso especial não impugnaram o acolhimento de preliminar de prescrição de parte das parcelas postuladas pelo Juízo de 1º grau, devendo ser mantido, no ponto, o decidido na sentença.

4. Está assentada nesta Corte a orientação segundo a qual são os seguintes os índices a serem utilizados na repetição ou compensação de indébito tributário: (a) IPC, de março/1990 a janeiro/1991; (b) INPC, de fevereiro a dezembro/1991; (c) UFIR, a partir de janeiro/1992; (d) taxa SELIC, exclusivamente, a partir de janeiro/1996.

5. Nos casos de repetição de indébito tributário, a orientação prevalente no âmbito da 1ª Seção quanto aos juros pode ser sintetizada da seguinte forma: (a) antes do advento da Lei 9.250/95, incidia a correção monetária desde o pagamento indevido até a restituição ou compensação (Súmula 162/STJ), acrescida de juros de mora a partir do trânsito em julgado (Súmula 188/STJ), nos termos do art. 167, parágrafo único, do CTN; (b) após a edição da Lei 9.250/95, aplica-se a taxa SELIC desde o



recolhimento indevido, ou, se for o caso, a partir de 1º.01.1996, não podendo ser cumulada, porém, com qualquer outro índice, seja de atualização monetária, seja de juros, porque a SELIC inclui, a um só tempo, o índice de inflação do período e a taxa de juros real.

6. Recurso especial a que se dá provimento.”

”STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Classe: RESP - RECURSO ESPECIAL - 780122
Processo: 200501499910 UF: PB Órgão Julgador:
PRIMEIRA TURMA

Data da decisão: 06/03/2007 Documento: STJ000738939
Fonte DJ DATA:29/03/2007 PÁGINA:221 Relator(a)
TEORI ALBINO ZAVASCKI

Ementa

TRIBUTÁRIO. MOLÉSTIA GRAVE. ART. 6º, XIV, DA LEI 7.713/88. ISENÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA. TERMO A QUO.

1. A jurisprudência do STJ tem decidido que o **termo inicial** da isenção da imposto de renda sobre proventos de aposentadoria prevista no art. 6º, XIV, da Lei 7.713/88 **é a data de comprovação da doença mediante diagnóstico médico, e não a data de emissão do laudo oficial.** Precedentes: REsp 812.799/SC, 1ª T., Min. José Delgado, DJ de 12.06.2006; REsp 677603/PB, 1ª T., Ministro Luiz Fux, DJ de 25.04.2005; REsp 675.484/SC, 2ª T., Min. João Otávio de Noronha, DJ de 01.02.2005)

2. Hipótese em que a paralisia começou a dar sinais de aparecimento em 1991 e o laudo médico oficial atesta como marco, para efeito de isenção do imposto de renda, o ano de 1995. Como o crédito tributário refere-se ao ano-base de 1994 e o próprio exame do INSS referido na sentença revela a anterioridade e progressividade da doença desde 1991, não é razoável adotar como marco da isenção a data em que reconhecida a invalidez pelo Ministério da Fazenda.

3. Recurso especial a que se nega provimento.”



"TJDFT - Classe do Processo : 20060110421866APC DF

Registro do Acórdão Número : 300007

Data de Julgamento : 31/03/2008

Órgão Julgador : 4ª Turma Cível

Relator : SÉRGIO BITTENCOURT

**Publicação no DJU: 09/04/2008 Pág. : 105
(até 31/12/1993 na Seção 2, a partir de 01/01/1994
na Seção 3)**

Ementa

ADMINISTRATIVO - SERVIDOR DO DISTRITO FEDERAL -
MOLÉSTIA GRAVE - INVALIDEZ - APOSENTADORIA -
PROVENTOS INTEGRAIS - TERMO A QUO.

O ACOMETIMENTO DE DOENÇA GRAVE ESPECIFICADA EM LEI,
À ÉPOCA DA APOSENTADORIA, GERA PARA O SERVIDOR O
DIREITO DE RECEBER PROVENTOS INTEGRAIS **A PARTIR DO
RESPECTIVO DIAGNÓSTICO.**

Decisão

NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO, NOS TERMOS DO VOTO DO
RELATOR, UNÂNIME. ""

Por sua clareza e peremptoriedade, volto a lembrar o que
estabeleceu o art. 51, § 2º, da Orientação Normativa MPS/SPS nº 1, de 23 de
janeiro de 2007, que tenho por necessário reproduzir:

**"§ 2º A aposentadoria por invalidez será concedida
com base na legislação vigente na data em que laudo
médico-pericial definir como início da incapacidade
total e definitiva para o trabalho."**



Forte nestas razões e acolhendo os termos da instrução e do parecer ministerial, que integram o fundamento de decidir, **VOTO** no sentido de que o egrégio Plenário:

I - firme o seguinte entendimento:

- a) deve-se observar, como regra geral, o disposto na alínea “b” do item 7.2.3. do Título II, Capítulo 7, do Manual de Aposentadoria e Pensão Civil, instituído pela Resolução nº 124/2000 - TCDF, qual seja, o marco inicial da vigência da aposentadoria e respectiva revisão de proventos de aposentadoria previstas no artigo 190 da Lei nº 8.112/1990 corresponde à data de realização da perícia médica oficial que comprove o acometimento do interessado por doença especificada em lei (data de expedição do laudo médico), se não for possível apontar de forma correta, precisa e segura em qual momento do passado se deu o acometimento da doença;
- b) é admissível a retroação dos efeitos na hipótese de o próprio laudo médico, de forma incontestada, indicar a data em que houve acometimento da moléstia;
- c) caso o laudo médico não seja suficiente para a certeza jurídico/processual da data de acometimento da moléstia, admitir-se-á a retroação dos efeitos se os autos contiverem outros elementos comprobatórios que possibilitem firmar convicção acerca do acometimento da moléstia em data anterior, obedecida, quanto aos efeitos financeiros, a prescrição quinquenal, podendo, no caso concreto, ser avaliada a necessidade de serem os autos baixados em diligência, a fim de que a junta médica oficial exponha os motivos justificadores da retroação da moléstia, sem embargo de anexar prova documental complementar (laudos médicos emitidos por Instituições de Saúde e/ou por médicos particulares, resultados de exames clínicos acompanhados por diagnósticos de profissionais da medicina especializada, decisões judiciais



de interdição de servidor decorrente de moléstia incapacitante etc);

- d) tendo em conta as controvérsias suscitadas quanto aos efeitos retroativos da revisão de proventos prevista no artigo 190 da Lei nº 8.112/1990, envolvendo a interpretação e o alcance desse dispositivo legal, é dispensável o ressarcimento ao erário dos valores pagos a maior, a esse título, quando expressamente fixada data pretérita à expedição do laudo médico fora das hipóteses supra indicadas, a teor do disposto no Enunciado nº 79 das Súmulas de Jurisprudência deste Tribunal, limitada a dispensa à data em que foi conhecida a mudança e uniformização de entendimento.

- II - cientifique os jurisdicionados acerca do teor desta decisão;
- III - autorize o arquivamento do presente feito.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 2008.

ANTONIO RENATO ALVES RAINHA

Conselheiro-Relator